



CNPJ nº 42.674.604/0001-63
FONE – (49) 3191-1102 - CEL/Whatsapp - (49) 99970-5294
defenseg1@outlook.com

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2024
CONTRATAÇÃO Nº 901662024

DEFEN TEC VIGILANCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 42.674.604/0001-63, sediada na Rua Brasil, nº 1282, São João, CEP: 88.535-000, Correia Pinto/SC, por intermédio de seu representante legal, Sr. **SANDRO DO PRADO CAMARGO**, portador da Carteira de Identidade nº 4925801, Órgão expedidor SSP/SC, e do CPF nº 076.450.369-31, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso apresentado pela empresa MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, conforme segue:

1. O RECURSO

No mérito recursal, em síntese, a empresária MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, manifestou intenção de recurso da decisão do Senhor Pregoeiro na Sessão Pública de julgamento de propostas e habilitação, que entendeu por classificar a proposta e habilitar esta Recorrida, ante a desclassificação das propostas anteriores ofertadas, diante do então lance vencedor com menor preço no certame em epígrafe.

Assim, em suas razões de recurso a Recorrente alega, em síntese, vícios no Edital a e na condução do certame licitatório, sobremaneira inerente à necessidade de vigilante para cumprir o objeto do certame, a impugnação formulada e não respondida, a participação de empresas sem a devida autorização da Polícia Federal, e, por fim, a alegada proposta inexequível formulada por esta Recorrida.

No final, faz requerimentos, dentre os quais a nulidade do certame.

Diante do exposto, a Recorrida apresenta suas contrarrazões, como segue:

2. A LEGALIDADE DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA

Conforme referido nas razões de recurso, a Recorrida deteve a sua proposta classificada e foi considerado habilitado no pleito, de acordo com a decisão do Sr. Pregoeiro, registrada na Sessão Pública do certame.

Assim, não se olvide que o princípio da vinculação ao edital é instituto de grande importância em se tratando de processos licitatórios, traz equilíbrio e isonomia ao pleito. É exatamente por ter observado mencionado princípio que o acerto da decisão de classificação e habilitação da Recorrida no certame deve permanecer, uma vez que esta cumpriu, sem retoques todas as exigências

Rua Brasil, nº 1282, São João, CEP: 88.535-000, Correia Pinto/SC

firmadas no instrumento convocatório.

Nesta via, como é notório, em sede licitação, a administração não pode exigir nem a mais e nem a menos do que está previsto no edital do feito, e havendo dúvidas sobre a melhor interpretação quanto às disposições contidas no instrumento, a decisão deve direcionar para interpretação que traga maior amplitude a concorrência, preservando a escolha da melhor proposta, que é definida, no caso, pelo menor preço ofertado por empresa capaz de executar o objeto:

“ O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibições ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias. Além disso, o edital deve ser claro e preciso, não poderá gerar dúvidas nos participantes sobre as suas exigências formais e matérias (...). Logo a inexistência de vínculo lógico entre as exigências e o fim acarreta a invalidade daquele...” (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 682) – (grifou-se)

Por assim, firmada as exigências de classificação de proposta e habilitação no edital do feito, nenhuma exigência além do definido no ato de convocação pode ser motivo para a eliminação de licitante, sob pena de ilegalidade, ante o desrespeito ao vínculo editalício.

Dito isto, no que se refere aos pontos do recurso, ora se passa expor:

2.1. Os Vícios Alegados

Os vícios alegados pela Recorrente podem ser tratados todos dentro do que preceitua o Edital do feito e os esclarecimentos respondidos pela administração.

Nestes termos, realmente, detém amparo jurídico o reclame no que trata da necessidade do certame deter, desde o início, como o objeto compatível para a licitação, a atividade de **vigilante** e não de **vigia**, como também, até por determinação legal atual, exigir para a contratação, como critério de habilitação, empresas com autorização de atuação no ramo junto à Polícia Federal.

Contudo, fato é que, em sede de esclarecimentos, a administração municipal afastou tais exigências, conforme consulta realizada em duas oportunidades, a primeira em 13.09.2024 e outra em 16.09.2024, devidamente registradas no portal do Compras.gov.br, plataforma utilizada para as fases da licitação, conforme segue, *in verbis*:

13.09.2014

“Esta licitação é para vigia ou vigilância, pois não encontramos na habilitação solicitação de autorização de funcionamento emitido pela Polícia Federal para atuar como empresa de vigilância no estado?”

Resposta:

“Segue resposta do setor demandante:”

A fiscalização do Poder Federal, de acordo com as normas contidas na Lei 7.102/83, somente aplicam-se às empresas que prestam serviços de segurança e vigilância armada à instituições financeiras e transportes de valores, não alcançando empresas que prestam serviços de segurança física desarmada, como é o caso de vigias e porteiros de prédios e condomínios, não cabendo a atuação da PF.”

16.09.2024

“Boa Tarde!

Verificamos no site o questionamento referente ao processo em questão, e nos deparamos com a resposta a seguir.

Esta licitação é para vigia ou vigilância, pois não encontramos na habilitação solicitação de autorização de funcionamento emitido pela Polícia Federal para atuar como empresa de vigilância no estado?

Segue resposta do setor demandante:

A fiscalização do Poder Federal, de acordo com as normas contidas na Lei 7.102/83, somente aplicam-se às empresas que prestam serviços de segurança e vigilância armada à instituições financeiras e transportes de valores, não alcançando empresas que prestam serviços de segurança física desarmada, como é o caso de vigias e porteiros de prédios e condomínios, não cabendo a atuação da PF.

Ocorre que o estatuto da segurança privada, lei 14.967 de 09/09/2024 revoga a lei 7.102/83 e determina em seu artigo segundo e quarto a obrigatoriedade da empresa de segurança privada, independente do uso de arma de fogo possuir autorização da Polícia Federal:

Art. 2º Os serviços de segurança privada serão prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio das empresas e dos condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, neste último caso, em proveito próprio, com ou sem utilização de armas de fogo e com o emprego de profissionais habilitados e de tecnologias e equipamentos de uso permitido.

Parágrafo único. É vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma.

Art. 3º A prestação de serviços de segurança privada observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e do interesse público e as disposições que regulam as relações de trabalho.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas contratantes dos serviços de segurança privada regulados por esta Lei não poderão adotar modelos de contratação nem definir critérios de concorrência e de competição que prescindam de análise prévia da regularidade formal da empresa contratada.

Art. 4º A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

Neste sentido, entendemos que cabe a retificação do edital, uma vez que o mesmo descumpra a legislação vigente.

Resposta:

A ausência de exigência de autorização da Polícia Federal pode ser justificada pelo princípio da irretroatividade das leis, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro. Esse princípio estabelece que uma nova legislação não pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor, a menos que expressamente previsto o contrário. No caso da licitação, se o edital foi publicado antes da entrada em vigor da nova legislação que exige autorização da Polícia Federal, as regras que devem ser seguidas são aquelas vigentes no momento da abertura do edital. Ou seja, como a nova exigência não estava em vigor nesses dados, não há necessidade de sua aplicação retroativa ao processo licitatório já iniciado. Porém, conforme o artigo 40 da Lei nº 14.967/2024, será necessário para todas as empresas a autorização da Polícia Federal, porém, essa exigência passa a ser legal e administrativa, não havendo motivos para tal ser alterada no edital.”

Assim, certa ou errada, a administração municipal, pela sua discricionariedade, manifestou-se sobre os alegados vícios do certame, em tempo e modo, e justificou, por meios e

argumentos jurídicos próprios, sobre a manutenção dos termos do Edital, acarretando a vinculação administrativa à forma como se posicionou em relações aos questionamentos, dada a incidência do princípio dos *motivos determinantes*.

O posicionamento da administração não impediu a Recorrente de apresentar proposta e formular lances, tanto é que a mesma participou efetivamente do pleito, detendo proposta classificada. Assim, objetivamente, não incorreu à Recorrente em qualquer prejuízo no que tange à participação e oferta de sua proposta, ou mesmo, foi prejudicada na formulação de lances.

Evidentemente que se fosse a Recorrente a vencedora, ora com a proposta melhor classificada, não estaria neste momento a intentar recurso e reclamar do resultado do pleito ou indicar alegados vícios.

Com isto, conforme os termos do Edital e diligências realizadas no transcorrer do certame, não há qualquer retoques na escolha da proposta ofertada pela Recorrida e sua ulterior habilitação.

De mais a mais, a Recorrida é empresa de vigilância, somente atua com profissionais com curso certificados de **vigilantes**, respeita todas as regras trabalhistas e funcionais, detém autorização da Polícia Federal e do Órgão de Segurança Pública Estadual para atuar no ramo, conforme documentos enviados na fase de habilitação.

Ou seja, para além das exigências do Edital, a contratação da Recorrida está de acordo com todas as normas legais inerentes à atividade. Portanto, não há que se cogitar no caso a nulidade do pleito, posto que, os alegados vícios, inicialmente mencionados, foram sanados pela proposta ora vencedora, e, por assim, deve imperar, no caso, o princípio refletido na expressão “*pas de nullité sans grief*”, ou seja, não há nulidade sem prejuízo, o qual é reproduzido no artigo 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (...)

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;...” (grifou-se)

De outro cerne, no que se refere ao alegado pedido de impugnação não observado, o mesmo, conforme a própria Recorrente alega em seu recurso, tratava da mesma matéria respondida pela administração na solicitação de esclarecimentos formulada em 16.09.2024. Portanto, ainda que se possa cogitar falha na resposta da impugnação formulada, circunstância que cabe à administração apurar, fato é que, efetivamente, o julgamento da impugnação não trataria qualquer modificação na forma como o certame transcorreu, consubstanciou-se em vício sanável, sem qualquer prejuízo à Recorrente ou qualquer outro licitante, haja vista que com a resposta aos esclarecimentos formulados, repete-se, certa ou errada, não acarretou restrição à devida competitividade licitatória, ao contrário, preservou a possibilidade de ampla escolha, inclusive da própria Recorrente. Nestes termos, previa a regra estipulada no Edital:

“10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.”

Dito tudo isto, senão pela retórica de derrotada da Recorrente, não há como se acatar o pedido de nulidade formulado, e nem os demais pedidos decorrentes, posto que, ainda que constate vícios, tais, até pela escolha da proposta desta Recorrida, não acarretam nenhum prejuízo, a quem que eu seja, principalmente para a municipalidade. Neste cerne, conforme decidiu o Tribunal de Contas da União:

“Não há, portanto, razão para anular os referidos contratos, uma vez que foram avançados a preços vantajosos para a administração e não se vislumbra risco de dano ao erário na sua execução. Em casos como o ora analisado, em que se verifica a ocorrência de falhas em relação ao procedimento licitatório, notadamente em relação à publicidade e competitividade, há que se sopesar outros princípios que regem o agir administrativo sob pena de a atuação do poder público ocasionar um dano maior que aquele que visava a combater. Muitas vezes, embora contendo vícios, a opção da convalidação do ato irregular é a que melhor atende à administração e ao interesse público.” (TCU, Acórdão 1.823/2017 – Plenário – 04.09.2017) – (grifou-se)

Por assim, requer seja julgado improcedente o pedido de nulidade do pleito, com a adjudicação e homologação da proposta ofertada por esta Recorrida, esta que, conforme demonstrado na fase própria de julgamento de propostas, é plenamente exequível.

2.2. A Exequibilidade da Proposta

No que se refere à insurgência sobre as planilhas de custos apresentadas pela Recorrida junto de sua proposta e, após, em diligência, as razões recursais supõem que a Recorrida não poderia cumprir com o objeto do contrato por conter margem pequena de lucro, como também, por outras questões apontadas.

Ora, tal situação já foi avaliada e cancelada pela administração quando da diligência formulada durante à fase de julgamento de proposta, na qual foi solicitado, dentre outros requisitos, que a Recorrida demonstrasse a possibilidade de cumprir com o valor lançado, por meio de documentação, ante as margens de lucros projetadas na planilha final para os serviços noturno e diurno.

Inclusive, no que se refere ao não preenchimento de encargos com fardamento e equipamentos, por exemplo, a Recorrida, por possuir largo estoque de vestuário, EPI's e equipamentos, dimensionou a sua proposta à resposta do esclarecimento formulado na data de 06.09.2024, onde a administração se posicionou:

06.09.2024

“... c) Os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?”

Resposta

“c) Os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?”

R: Sim”

Conforme acima exposto, ante o princípio dos *motivos determinantes*, a administração vincula-se aquilo que responde em sede de esclarecimentos, logo, nenhuma ilegalidade é observada pela forma como a Recorrida preencheu a tabela de composição de custos no campo em questão.

O Adicional da Hora Noturna e o Adicional da Hora Noturna Reduzida dos serviços prestados na espécie, estão de acordo com o CCT vigente, uma vez que há necessidade da jornada de trabalho por turnos (12X36) com no mínimo 04 funcionários no sistema, para cada posto, com uma média de 15 - 16 dias/mês laborados para cada trabalhador, e somente será acrescida para aqueles efetivamente submetidos ao trabalho entre às 22:00 hs de um dia até 05 hs do outro, que não ultrapassará a 15-16 dias/mês para cada, circunstâncias que justificam os valores registrados na forma da planilha, uma vez que, como detalhado nos custos, o valor da hora noturna, no caso, foi calculado com **margem**, posto que a hora normal acrescida de **20%, redonda em valor compatível para os encargos dos que efetivamente foram registrado na tabela apresentada.**

Portanto os cálculos estão alinhados ao que determina o CCT vigente:

B) 12 x 36 Noturno

- Salário base
- Adicional noturno
- Reflexo do adicional noturno sobre o DSR

-
- 1 hora normal a título de hora noturna reduzida com acréscimo de 20% de adicional noturno por trabalho (pagamento do valor da hora normal acrescido de 20%)

No que se refere ao custo com seguro de vida, invalidez e funeral, o valor foi previsto de forma mensal. Como é notório, os custos com a apólice de seguro de vida é anual, logo a composição está de acordo com os valores cobrados em grupo para seguro de vida. De qualquer forma, ora é apresentada a apólice de seguro de vida dos funcionários da empresa (anexo).

No mais, reitera-se os argumentos lançados quando do cumprimento da diligência solicitada.

Com efeito, foi realizada diligência via *chat*, na data de 01.10.2024, solicitando o seguinte:

“Para 42.674.604/0001-63 - 12 – A margem de lucro com o qual a empresa pretende trabalhar é de 0,37%. Caberia talvez se certificar com a empresa, inclusive solicitando algum documento adicional, de que a empresa cumprirá o contrato integralmente, mesmo com uma margem de lucro tão baixa.”

Nesta toada, de acordo com o lá esclarecido, a Empresa possui ou executou recentemente contratos com outros entes municipais, em todos cumpriu ou vem cumprindo fielmente seus encargos, podendo citar contratações junto às Prefeituras de Ponte Alta/SC, Major Vieira/SC, Correia Pinto/SC, Otacílio Costa/SC, Braço do Norte/SC, Porto Belo/SC, com custos mensais para cada vigilante empregado que pouco destoam, respeitadas as peculiaridades desta contratação, do valor

mensal constante no lance melhor colocado.

No Presente certame, o valor global desta empresa foi de R\$ 236.832,00 (duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais), com valor mensal de R\$ 19.736,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e seis reais), com a média, conforme tabela de composição de custos, entre jornada de trabalho diurna e noturna, para cada vigilante empregado (total de 4), de R\$ 4.934,00 (quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais), com a hora trabalhada de R\$ 22,42 (vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Como exemplos atuais, consta do contrato (anexo à diligência), vigente junto à Prefeitura de Major Viera/SC, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 032/2023, pactuado na data de 04.03.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada (notas fiscais anexas), por vigilantes regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para as escolas municipais, pelo valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais) a hora trabalhada, o que acarreta o valor mensal, por vigilante (R\$ 21,00 x 220 horas) o montante de R\$ 4.620,00, compatível, e proporcional ao valor lançado e vencedor deste certame.

Da mesma forma, para a Prefeitura de Porto Belo/SC, consta do contrato recente (anexo à diligência), decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 063/2024, pactuado na data de 07.08.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada, por vigilantes regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para a Unidade de Pronto Atendimento – 24 horas, pelo valor de R\$ 22,36 (vinte e dois reais e trinta e seis centavos) a hora trabalhada, o que acarreta o valor mensal, por vigilante (R\$ 22,36 x 220 horas), o montante de R\$ 4.924,82 (valor global, com 8 vigilantes, de R\$ 472.800,00), com valor da hora trabalhada compatível e proporcional ao valor lançado e vencedor deste certame.

Portanto, conforme acima exposto, a empresa com o valor ora ofertado no pleito, mesmo para o cargo/função de vigilante, obtém margem lucrativa, e, por consequência, perfaz a proposta exequível.

Diante disto, cabe expor, que a tabela entregue apenas exprimiu o custo médio e elementar de um vigilante mês a mês, na situação solicitada no edital, possui apenas caráter instrumental, sendo que o lucro refletido é apenas estimativo, pois uma serie de custos previstos, como a previsão de rescisão, via de regra de não ocorrem, e quando acontecem são albergados pela própria empresa, tanto quanto os custos com o seguro de vida, invalidez e funeral, os quais a empresa, até por força legal e de autorização junto à Polícia Federal, contrata para cada um de seus colaboradores. Nesta via, em decisão escolar, o Tribunal de Contas da União definiu:

“...Quanto se realiza licitação pelo menor preço global, interessa primordialmente para a Administração o valor global apresentado pelos licitantes. É com base nesses valores apresentados que a Administração analisará as propostas no tocante aos preços de acordo com os dispositivos legais pertinentes (por exemplo, a exequibilidade dos valores ofertados, a compatibilidade com os preços de mercado e a prática ou não de valores abusivos).

(...)

A respeito, ainda no sentido do caráter instrumental das planilhas, trago as seguintes considerações constante do voto condutor do Acórdão 963/2004-Plenário:

“6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões

na composição dos seus custos.”

Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos encargos trabalhistas indicados na planilha, pois são eles de responsabilidade da contratada. Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. À contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado. Ou seja, a planilha de formação de custos de mão de obra constitui um útil ferramental para a análise do preço global ofertado, mas não constitui em indicativos de serviços unitários a serem pagos de acordo com a sua execução, como quando ocorre com os serviços indicados no projeto básico de uma obra pública, os quais são pagos de acordo com o fornecimento de cada item unitário.

Aliás, nem poderia ser diferente, pois a contratação prevê um pagamento fixo mensal e os valores dos encargos trabalhistas indicados estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes (v. g., aviso prévio indenizado, auxílio doença, faltas legais, licença maternidade/paternidade, faltas legais, etc.). Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.

(...)

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exeqüibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exeqüível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

(...)

Dessa forma, concluindo o raciocínio, entendo que eventuais falhas constantes das planilhas de custos unitários indicativos dos custos de formação de obra terceirizada devem ser adequadamente sopesadas de acordo com os objetivos instrumentais dessa planilha, de forma a não serem desclassificadas propostas mais vantajosas para a Administração e cujos preços atendam aos requisitos legais.” (TCU - Acórdão 4.621 - 2ª Câmara) - (grifou-se)

Portanto, a tabela de composição de custos é um instrumento que auxilia na verificação das condições ideais para que a licitante execute o serviço, mas não pode, por si só, indicar a inexecutabilidade de valores, sem outros elementos que efetivamente concluam pela impossibilidade de

se realizar o serviço com o montante ofertado, ainda que com previsão de lucro baixo para fins de composição, o qual não se reflete, necessariamente, na prática cotidiana do mercado para a atividade.

Destarte, nos termos do artigo 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a capacidade de fornecer o serviço por meio da proposta lançada no pleito foi amplamente demonstrada, por documentos fidedignos e hábeis.

Com relevo, senão ser por se ater à tabela de custos apresentada, a Recorrente não demonstra por meios evidentes outros, que a proposta ofertada é efetivamente inexecutável, sequer junta contratos, seja da própria, ou de outras empresas, que demonstram que não é possível atuar no mercado com o valor ora proposto, além de forma rígida ao preenchimento da tabela de composição de custos, sem colocar qualquer outro elemento que aponte, ao teor do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, que objetivamente o valor proposto por essa Recorrida é inexecutável.

Ainda, no que se refere à alegação de indícios com problemas de recolher tributos por esta empresa Recorrida, ante ter apresentado certidão positiva com efeitos de negativa, como prova de regularidade fiscal junto à União Federal, nada mais absurdo. A certidão possui efeitos que cumprem com o exigido pelo Edital, e apontam a regularidade desta Recorrente junto ao Ente em questão, se detivesse problemas em recolher tributos não teria certidão com efeitos de positiva, mas sim, apenas **negativa**.

Por fim, no que se refere ao encaminhamento de pedido de fiscalização ao Ministério do Trabalho e Sindicato para averiguações das condições de trabalho dos funcionários desta empresa Recorrida, realizado em sede de requerimento no recurso, expõe que:

- **primeiro**, nada impede que a própria Recorrente o faça.

- **segundo**, vedado o anonimato, conforme prevê a Constituição Federal, deste já alerta que se submetida esta empresa Recorrida a qualquer ato de fiscalização do Ministério do Trabalho e/ou Sindicato, provocada por quem quer que seja, demonstrada a sua regularidade, posto que atua restritamente nos termos da lei, tomará todas as providências judiciais, no âmbito civil e mesmo criminal, inerentes ao eventual abalo de sua imagem.

Ante todo o exposto, conforme solicitado, pela documentação anexa à resposta entregue quando da diligência realizada na data de 01.10.2024, como o ora apresentado, comprova que possui condições de cumprir com a contratação requerida, como também, com o lucro previsto na tabela de composição de custos, perfazendo o valor da proposta apresentada plenamente executável.

3. O REQUERIMENTO

Ante todo o exposto, Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, pugna a Recorrida pelo recebimento das presentes razões contrarrecursais, para julgar improcedente as razões de recurso, mantendo-se a decisão de classificação da proposta e habilitação da Recorrida, ante ter cumprido com todas as exigências expostas no edital, prosseguindo o feito com a adjudicação da proposta vencedora.



CNPJ nº 42.674.604/0001-63

FONE – (49) 3191-1102 - CEL/Whatsapp - (49) 99970-5294

defenseg1@outlook.com

Termos em que pede e espera deferimento.

Correia Pinto (SC), 10 de outubro de 2024.

SANDRO DO PRADO CAMARGO

CPF nº 076.450.369-31

Sócio/Administrador

TOKIO MARINE SIMPLES VIDA - VG



Apólice de Seguro

DEFENSE SEGURANCA ELETRONICA LTDA,

Obrigado por escolher a Tokio Marine Seguradora!

Parabéns! Você protegeu seu bem com a confiança de uma das maiores seguradoras do Brasil e do mundo. E agora, já pode contar com as melhores coberturas e os serviços exclusivos de Assistência 24 Horas.

Esta é a sua Apólice renovada. Leia com atenção e garanta a sua tranquilidade.

Nas próximas páginas, você poderá conferir todos os detalhes do seu Seguro, além de todos os canais de atendimento que estão à sua disposição.

Fique à vontade para fazer contato sempre que precisar tirar dúvidas, fazer solicitações e para manter seus dados sempre atualizados.

Aproveite e baixe também o aplicativo Tokio Marine. Com ele, você tem a praticidade de consultar tudo sobre o seu Seguro, incluindo *status* de pagamentos, em apenas um toque.



Preparado(a)? Então seja bem-vindo(a) ao mundo de Proteção da Tokio Marine!

Tokio Marine Simples Vida - VG - Apólice de Seguro

VIGÊNCIA DO SEGURO: a partir das 24 horas do dia 07/01/2024 até às 24 horas do dia 07/01/2025.

Data da Emissão: 02/01/2024

Segurado

Razão Social: DEFENSE SEGURANCA ELETRONICA LTDA

CNPJ: 42.674.604/0001-63

Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES, 1318

Bairro: PEREIRA ALVES

Cidade: CORREIA PINTO

Celular: 49 99168-8517

Cód. Cliente: 13618239

CEP: 88535-000

UF: SC

Telefone: 49 3242-2339

Corretor

Nome: SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS

CNPJ: 10.798.823/0001-68

Endereço: RUA TEN. SILVEIRA 94 SICOOB CENTRAL

Bairro: CENTRO

Cidade: FLORIANOPOLIS

Tel: 48 3085-9200

Sucursal: 09640

Código: 79882

Cód. SUSEP: 202027877

CEP: 88010-300

UF: SC

Dados do Seguro

Ramo: 09.93

Apólice: 00047854

Negócio: 6578989

Item: 1

Proposta: 6578989

Tipo de Seguro: Renovação Tokio sem sinistro

Apólice Renovada: 0993.35709

Forma de envio da Apólice: E-mail (Resumo da Apólice, cartão do segurado e boleto digitais)

Destino da Correspondência: CORRETOR

E-mail: estefani@credicarui.com.br

Grupo Segurado

Atividade: ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA

CNAE: 80.11-1

Funcionários: 4

Sócio/Diretores: 2



**TOKIO MARINE
SEGURADORA**

NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA

Cobertura(s) Contratada(s)

Sócios	Capital Segurado Global	% Indenizaçã o	Prêmios (R\$)
BÁSICA-MORTE - SÓC.	117.044,72	100	578,11
IEA-IND.ESPECIAL ACIDENTE-SÓC.	117.044,72	100	81,23
IEM - INDENIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR MORTE-SÓC	Não Contratada	0	Não Contratada
IPA-INV. PERM T/PARC ACID-SÓC.	117.044,72	100	26,95
DEIA - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS POR INVALIDEZ POR ACIDENTE-SÓC	Não Contratada	0	Não Contratada
IPDF-INV. FUNC DOENÇA-SÓC.	117.044,72	100	69,75
IAC-INC. AUT. CÔNJ-BÁS. SÓC.	Não Contratada	0	Não Contratada
DMHO-DESP.MÉD. HOSP ODONT SÓC.	Não Contratada	0	Não Contratada
IAF-INC.AUT. FILHOS-BÁS.SÓC.	Não Contratada	0	Não Contratada
DCF-DOENÇAS CONG.FILHOS.SÓC.	Não Contratada	0	Não Contratada
AA-AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - SÓC.	Não Contratada	0	Não Contratada

IEA = > O(s) valor(es) de Capital Segurado demonstrado(s) na cobertura Básica (Morte) e Indenização Especial por Acidente (IEA), se acumulam em caso de indenização por Morte Acidental.

IPA = > O valor do capital demonstrado na cobertura de IPA refere-se ao Capital Global da Invalidez Total. No caso de Invalidez Parcial, a indenização será de acordo com os rateios e percentuais estabelecidos nas Condições Gerais.

IPDF = > As coberturas IPD-F e IPD-L são antecipações da cobertura básica e não se acumulam, mesmo que haja correlação entre elas. Quando ambas as coberturas forem contratadas na mesma apólice, para efeito de indenização, será considerada a primeira garantia reclamada e o segurado será excluído do grupo após a comprovação da invalidez e pagamento da indenização.

Funcionários	Capital Segurado Global	% Indenizaçã o	Prêmios (R\$)
BÁSICA-MORTE	234.089,44	100	1.027,95
IEA-IND. ESPECIAL ACIDENTE	234.089,44	100	319,64
IEM - INDENIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR MORTE	Não Contratada	0	Não Contratada
IPA-INV. PERM T/PARC ACIDENTE	234.089,44	100	112,98



**TOKIOMARINE
SEGURADORA**

NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA

DEIA - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS POR INVALIDEZ POR ACIDENTE	Não Contratada	0	Não Contratada
IPDF-INV. FUNCIONAL DOENÇA	234.089,44	100	89,71
IPDL-INV PERM TOTAL DOENÇA LABORATIVA	Não Contratada	0	Não Contratada
IAC-INC. AUT. CÔNJ-BÁSICA	Não Contratada	0	Não Contratada
VIT - VERBA POR INCAPACIDADE TEMPORARIA POR ACIDENTE E/OU DOENÇA	Não Contratada	0	Não Contratada
VITA - VERBA POR INCAPACIDADE TEMPORARIA POR ACIDENTE	Não Contratada	0	Não Contratada
DMHO-DESP.MÉD. HOSP E ODONT.	Não Contratada	0	Não Contratada
IAF-INC. AUT. FILHOS-BÁSICA	Não Contratada	0	Não Contratada
DCF-DOENÇAS CONGÊNITAS FILHOS	Não Contratada	0	Não Contratada
AA-AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Não Contratada	0	Não Contratada
VR-VERBAS RESCISÓRIAS	Não Contratada	0	Não Contratada

- **Capital máximo: sócios / diretores: R\$ 250.000,00 funcionários R\$ 150.000,00**
- **O rateio do capital global contratado não poderá exceder o limite de capital uniforme disposto na apólice.**

IEA = > O(s) valor(es) de Capital Segurado demonstrado(s) na cobertura Básica (Morte) e Indenização Especial por Acidente (IEA), se acumulam em caso de indenização por Morte Acidental.

IPA = > O valor do capital demonstrado na cobertura de IPA refere-se ao Capital Global da Invalidez Total. No caso de Invalidez Parcial, a indenização será de acordo com os rateios e percentuais estabelecidos nas Condições Gerais.

IPDF = > As coberturas IPD-F e IPD-L são antecipações da cobertura básica e não se acumulam, mesmo que haja correlação entre elas. Quando ambas as coberturas forem contratadas na mesma apólice, para efeito de indenização, será considerada a primeira garantia reclamada e o segurado será excluído do grupo após a comprovação da invalidez e pagamento da indenização.

IEA = > O(s) valor(es) de Capital Segurado demonstrado(s) na cobertura Básica (Morte) e Indenização Especial por Acidente (IEA), se acumulam em caso de indenização por Morte Acidental.

IPA = > O valor do capital demonstrado na cobertura de IPA refere-se ao Capital Global da Invalidez Total. No caso de Invalidez Parcial, a indenização será de acordo com os rateios e percentuais estabelecidos nas Condições Gerais.

IPDF = > As coberturas IPD-F e IPD-L são antecipações da cobertura básica e não se acumulam, mesmo que haja correlação entre elas. Quando ambas as coberturas forem contratadas na mesma apólice, para efeito de indenização, será considerada a primeira garantia reclamada e o segurado será excluído do grupo após a comprovação da invalidez e pagamento da indenização.



**TOKIOMARINE
SEGURADORA**

NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA

Assistências

Descrição do(s) Serviço(s)	Quantidade Contratada	Valor Total R\$	Custo do(s) Serviço(s) - R\$
AFI-ASSIST. FUNERAL INDIVIDUAL	-	R\$ 5.000,00	R\$ 95,81

Consulte a descrição completa das assistências no Guia de Serviço disponível no site https://www.tokiomarine.com.br/condicoes_gerais/seguero-de-vida.

O atendimento da assistência funeral não garante a indenização da cobertura do seguro.

Dados de Pagamento

Prêmio Líquido Total: R\$	2.402,13	Cobrança: Débito
I.O.F: R\$	9,13	Banco: 000756 - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL
Prêmio Total: R\$	2.411,26	Agência: 3081 Conta: 42880-9
Juros: R\$	0,00	CNPJ Correntista: 42.674.604/0001-63

Histórico de Pagamento

Parcela	Valor (R\$)	Vencimento	Forma de Pagamento
1ª	200,96	14/01/2024	Débito
2ª	200,96	08/02/2024	Débito
3ª	200,96	08/03/2024	Débito
4ª	200,96	08/04/2024	Débito
5ª	200,96	08/05/2024	Débito
6ª	200,96	08/06/2024	Débito
7ª	200,96	08/07/2024	Débito
8ª	200,96	08/08/2024	Débito
9ª	200,96	08/09/2024	Débito
10ª	200,96	08/10/2024	Débito
11ª	200,96	08/11/2024	Débito
12ª	200,70	08/12/2024	Débito

Após o vencimento da parcela, será cobrado multa e juros de mora conforme estabelecido nas Condições Gerais.



**TOKIOMARINE
SEGURADORA**

NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA

A última mensalidade de seu (s) seguro (s) poderá sofrer uma pequena variação de centavos em função do arredondamento.

Atraso no Pagamento do Prêmio: A falta de pagamento da parcela poderá acarretar a suspensão da cobertura do seguro conforme previsto nas condições gerais. Após o vencimento da parcela, será cobrado multa 2% e juros de 0,116667% ao dia.

Fale com a Tokio Marine

Para você ter mais comodidade na hora de entrar em contato, a Tokio Marine oferece uma série de canais de atendimento.

Pelo telefone

Aviso de Sinistro e Central de Atendimento:



11 9.9578-6546



0800 31 TOKIO (86546)

Assistência 24h

0800 707 5050 | 55 11 4689 5621
(Internacional)

SAC: 0800 703 9000

SAC /Deficientes Auditivos e de Fala:

0800 770 1523

Disque Fraude: 0800 707 6060

Ouvidoria: 0800 449 0000 ouvidoria@tokiomarine.com.br

Registro de Reclamação Consumidor

www.consumidor.gov.br



*Consulte os serviços disponíveis na sua Apólice Pela Internet



**Informações e Portal
de Autoatendimento:**
www.tokiomarine.com.br



Ouvidoria:
ouvidoria@tokiomarine.com.br

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

CNPJ: 33.164.021/0001-00

Rua Sampaio Viana, 44 - CEP: 04404-902 - São Paulo - SP

Pelo aplicativo



WhatsApp



Google play



App Store



tokiomarine.com.br
[/TokioMarineSeguradora](https://www.facebook.com/TokioMarineSeguradora)
[@tokiomarine_cor](https://twitter.com/tokiomarine_cor)



**TOKIO MARINE
SEGURADORA**

NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA

Consulte as Condições Gerais e Guia de Serviços do seu Seguro que estão disponíveis em nosso site www.tokiomarine.com.br. Neles, você encontrará a descrição das coberturas, condições especiais, cláusulas, serviços, riscos cobertos, riscos excluídos e demais condições contratuais do Seguro.

Se preferir, solicite a via impressa das Condições Gerais e Guia de Serviços pelo telefone 0800 31 TOKIO (86546).

Este Seguro é garantido pela TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. - Rua Sampaio Viana, 44 - Paraíso - São Paulo/SP - **Código Susep** 6190 - **CNPJ** 33.164.021/0001-00 - Processo SUSEP Nº 15414.900080/2019-29.

Este seguro é por prazo determinado, tendo a Seguradora a faculdade de não renovar a apólice na data de vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da apólice.

*SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

As Condições Gerais deste produto encontram-se registradas na Susep de acordo com o número de processos constante nesta Apólice e poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, e no site www.tokiomarine.com.br. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização. Plataforma digital oficial para registro de reclamações dos consumidores dos mercados supervisionados: www.consumidor.gov.br. Central de Atendimento Susep - 0800 021 8484- Atendimento Exclusivo ao Consumidor (dias úteis, 9:30 às 17:00).

O segurado fica ciente que, quando necessário, seus dados poderão ser compartilhados pela Seguradora a empresas parceiras, para o fim específico de atender a prestação de serviços decorrente de seguro, respeitando-se a confidencialidade das informações.

A TOKIO MARINE SEGURADORA, baseando-se nas condições firmadas junto ao Estipulante acima indicado, as quais serviram de base para emissão da presente APÓLICE, tornam-se parte integrante deste CONTRATO, sob os termos das Condições Gerais e/ou Contratuais e demais cláusulas convencionadas, inseridas no presente ou em seus anexos.

ATENÇÃO: Havendo erro, inconsistência ou alteração dos dados pessoais e de contato informados, a Seguradora deve ser imediatamente informada através do telefone 0800 31 TOKIO (86546), sob pena de perda de direito e cancelamento do seguro.

SAO PAULO, 02 DE Janeiro DE 2024.

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.,

José Adalberto Ferrara

Diretor Presidente